

Ciência, ética e relações internacionais: Waldemiro Pires e as experiências em torno da malarioterapia (1926-1943)

GIULIA ENGEL ACCORSI*

O objeto de estudo do presente trabalho, sobre o qual também desenvolvo a minha dissertação de mestrado, consiste na aplicação da técnica denominada malarioterapia no Hospício Nacional de Alienados (HNA) e no Hospital da Fundação Gaffré e Guinle. O período estudado vai do início da década de 1920, quando a técnica da malarioterapia começou a ser utilizada no HNA por Juliano Moreira (Roxo, 1925), até 1943, quando a fábrica-piloto do Instituto Oswaldo Cruz passou a produzir volume considerável de penicilina (Cardoso et al., 1945; Gastal et al, 1999), fazendo com que a aplicação da técnica no tratamento de doentes sífilíticos se tornasse obsoleta. Neste texto me proponho a fazer uma apresentação mais geral do tema, incluindo algumas das principais discussões que derivam dele e um panorama da trajetória de um dos maiores idealizadores da malarioterapia no Rio de Janeiro, o Dr. Waldemiro Pires. Como principal fonte utilizei o periódico “Arquivos Brasileiros de Neuropsiquiatria”, entre os anos de 1919 e 1936.

No que diz respeito à bibliografia, posso dizer que, após um primeiro levantamento, encontrei poucos textos que falam sobre a utilização da malarioterapia no Brasil. A maioria deles, que de fato restringem-se às cidades de São Paulo e Porto Alegre, faz apenas referência à prática do tratamento. Os artigos de Tarello (2009) e Mattos & Cury (2010) são os únicos que descrevem o processo de adoção da malarioterapia nos Hospícios do Juquery (São Paulo) e de São Pedro (Porto Alegre), respectivamente. Com relação ao Rio de Janeiro, os textos encontrados não têm a malarioterapia como tema central (Dias, 2003; Venâncio, 2007; Dias, 2010). Estes fazem somente menções à técnica, sem detalharem sua aplicação e/ou abordarem outros aspectos importantes do assunto como, por exemplo, as adaptações feitas pelos médicos cariocas partidários da nova terapia; os desdobramentos da utilização desta; as discussões médico-legais geradas; a ética de sua adoção e sua importância histórica.

Durante as décadas de 1920 e 1930 a comunidade médica tentava lidar com o crescente número de pacientes acometidos pela sífilis. Os esculápios classificavam a doença em diferentes estágios, sendo o último e mais grave a paralisia geral progressiva ou PGP. Quando o doente chegava a esse estágio suas faculdades psicomotoras começavam a ser

progressivamente prejudicadas. A PGP resultava, em grande parte dos casos, no óbito, já que seu percentual de cura era muito pequeno (Pacheco e Silva, 1933) e as técnicas, até então disponíveis, pouquíssimas promissoras (Pires, 1926).

Ao longo da história, a malária se mostrou benéfica no tratamento de diversas doenças mentais e o uso de acessos febris para estes fins remontam a Hipócrates (século IV a.C.) (Pires, 1934). A malarioterapia foi criada, em 1917, pelo médico austríaco Julius Wagner von Jauregg. A técnica consistia na inoculação de sangue contendo um dos agentes etiológicos da malária, o protozoário da espécie *Plasmodium vivax* (transmissor da malária benigna), em doentes portadores da paralisia geral, na tentativa de curá-la, através dos acessos febris gerados pela infecção palúdica. Wagner von Jauregg, após observar a remissão de determinadas doenças mentais derivada de crises febris, iniciou seus experimentos com a malária na Clínica de Psiquiatria e Doenças Mentais de Viena, dirigida por ele. Nove pacientes, entre casos avançados e recentes de paralisia geral, foram inoculados com o sangue de um soldado com terçã benigna, sendo os resultados do tratamento nos casos recentes totalmente favoráveis. Desde então, a malarioterapia passou a ser sistematicamente aplicada em paráliticos gerais internados na clínica de Viena, sob a supervisão de Wagner von Jauregg (Pires, 1934). Em 1927, a técnica rendeu ao seu descobridor o Prêmio Nobel de Fisiologia e Medicina (Tarelow, 2009).

Como qualquer novo tratamento promissor, a malarioterapia passou a ser divulgada, estudada e aprimorada. O *Plasmodium vivax* era considerado a melhor espécie para a execução do tratamento, porque preenchia dois importantes requisitos. Primeiro que esta é a espécie responsável pela transmissão da malária benigna (ou crônica), a qual, os médicos acreditavam, não colocaria a vida dos pacientes em risco. Segundo que a forma branda da malária poderia ser controlada com a administração do quinino, após um determinado número de acessos febris (Pires, 1934).

Estudos históricos sobre a aplicação da malarioterapia demonstram que esta foi amplamente utilizada em países como, por exemplo, a Itália (Bonfigli et al., 1998; Corbellini, 2000). No Brasil, alguns estudos – poucos – mostram que a malarioterapia fez parte do quadro de tratamentos empregados no Hospício do Juquery, em São Paulo (Tarelow, 2009; Pereira, 2002) e no Hospício de São Pedro, em Porto Alegre (Kirschbaum, 1994; Cheuiche, 2010;

Mattos & Cury, 2010), como citado anteriormente. No Juquery, a técnica foi introduzida em 1925, pelo até então diretor do hospital, o psiquiatra Antônio Carlos Pacheco e Silva (Tarelow, 2009). Em Porto Alegre, a técnica foi adotada um pouco mais tarde, em 1929, pelo Dr. Jacintho Godoy, também psiquiatra e diretor do Hospício de São Pedro (Piccinini, 2010). No Rio de Janeiro, a malarioterapia começou a ser aplicada no início da década de 1920 no Hospício Nacional de Alienados (Roxo, 1925) e a partir de 1929, no Hospital Gaffrée e Guinle (Pires & Costa, 1929).

O Hospício de Pedro II foi criado por um decreto imperial em 1841 e inaugurado quase dez anos depois, no final de 1852, em meio ao processo de “medicalização da loucura, transformando-a em doença mental”, nas palavras de Engel (2001). O principal objetivo da instituição era recolher os “loucos” que ficavam pelas ruas da corte que, sob o olhar dos médicos e alienistas, passaram a representar uma ameaça a si mesmos e à ordem vigente (Engel, 2001). Proclamada a República, o antigo Hospício de Pedro II (HPII) passou a ser designado Hospício Nacional de Alienados e foi quase que imediatamente desanexado da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, medida há muito reivindicada pelos médicos – entre os quais destacou-se Teixeira Brandão, um dos fundadores da psiquiatria brasileira e diretor do serviço clínico do HPII – como condição indispensável para a medicalização da instituição asilar (Engel, 2001). Constituindo-se como principal unidade da recém-criada Assistência Médica e Legal dos Alienados, o antigo hospício tivera não somente seu nome e estruturação alterados, mas modificou-se também o papel que desempenhava na sociedade (Engel, 2001). A transformação da loucura em doença mental tornou-a cada vez mais invisível aos olhares leigos, ao mesmo tempo em que ampliou significativamente os perfis dos indivíduos considerados anormais (Engel, 2001).

Em seu manual publicado em 1925, Henrique Roxo escreve que Juliano Moreira já utilizava a técnica da malarioterapia no HNA. O Decreto nº 17.805, de 23 de maio de 1927, que cria a Assistência aos Psicopatas do Distrito Federal não faz referência à existência de um Pavilhão especificamente destinado ao tratamento da neurosífilis, mas apenas à presença de um dermato-sifilógrafo da Assistência ao qual caberia, de acordo com o art. 66: “1º Tratar de todos os casos dermatológicos que vierem ao Hospital; 2º Tratar dos casos de syphilis que lhe forem enviados pelos outros médicos da Assistência; 3º Manter um ambulatório e dispensário

para os casos de syphilis que vierem a consulta no Hospital e com o fim especial de prevenir os acidentes de neurosyphilis”. É bastante possível que os tratamentos com a malarioterapia, aos quais o Dr. Roxo se refere, estivessem sendo realizados no ambulatório ou no dispensário até a criação do Instituto de Neurosífilis em 1937, pela Lei nº 378 (13 de janeiro), que deu nova organização ao Ministério da Educação e Saúde, ao qual pertencia a Assistência aos Psicopatas. Em 1944, o Instituto de Neurosífilis se transformaria em Hospital de Neurosífilis (Facchinetti, 2010; Carrara & Carvalho, 2010).

Em 1965 o Hospital de Neurosífilis passou a chamar-se Hospital Pinel e a funcionar como pronto socorro psiquiátrico. A mudança do nome e do perfil da assistência prestada se deu devido, entre outros fatores, à diminuição do impacto epidemiológico da sífilis, advindo da descoberta e da crescente produção de antibióticos (Haraguchi, 2000; Villen, R. A., 2002). Rebatizado de Instituto Philippe Pinel, em 1994, o antigo Instituto de Neurosífilis passou a exercer funções adicionais como a de ensino e pesquisa, e em 2000 deixou de ser um órgão federal tornando-se subordinado à Secretaria Municipal de Saúde da cidade do Rio de Janeiro (Ramos & Geremias, 2003).

O projeto de criação de um hospital destinado ao tratamento da sífilis e de outras doenças venéreas surgiu nos anos 1920, em um contexto profundamente marcado pela difusão do movimento sanitarista – institucionalizado com a criação da Liga Pró Saneamento do Brasil, em 1918 – que reivindicava uma atuação mais efetiva do Estado brasileiro no combate às doenças que afetavam a população do país – entre as quais a sífilis – que representavam uma ameaça à construção da nova imagem do Brasil como um país moderno, desenvolvido e sadio (Sanglard, 2007). A partir de uma parceria entre o Departamento Nacional de Saúde (DNSP), cujo chefe era Carlos Chagas, e o empresário Guilherme Guinle criou-se então, em 1923, a Fundação Gaffrée e Guinle, cujo objetivo central foi cumprido com a construção do Hospital Gaffrée e Guinle. Inaugurado em 1929, o estabelecimento foi projetado para internar 320 pessoas e contava com atendimento ambulatorial em diversas especialidades médicas (Sanglard, 2007). O terreno do hospital também abrigava um instituto de pesquisa, igualmente financiado pela Fundação Gaffrée e Guinle (Sanglard, 2007). Ao analisar os números de 1928 e 1929 dos “Arquivos da Fundação Gaffrée e Guinle” pude concluir que o Serviço de Sífilis Nervosa começou a funcionar desde a abertura do hospital, em 1929, pois no volume deste

ano o Dr. Waldemiro Pires, o maior idealizador da malarioterapia no Rio de Janeiro, já publicava um artigo sobre a aplicação da técnica nesse setor da instituição (Pires, 1929).

Alguns psiquiatras, como o anteriormente citado doutor Waldemiro Pires (HNA e HGG) e os doutores Henrique Roxo (HNA), Zacheu Esmeraldo (HNA), Cunha Lopes (HNA), Waldemar de Almeida (HNA), publicaram diversos trabalhos sobre a malarioterapia, durante a primeira metade do século XX. Muitos médicos receberam o novo tratamento com desconfiança, mas diante da crescente obtenção de resultados surpreendentes tornam-se entusiasmados com a malarioterapia, dedicando suas pesquisas a ela e, conseqüentemente, publicando muitos trabalhos acerca do assunto (Roxo, 1925; Roxo, 1946). Porém, ao que tudo indica, dentre os esculápios citados, o Dr. Waldemiro Pires foi quem mais se destacou e se dedicou ao estudo da malarioterapia na cidade do Rio de Janeiro. Com inúmeros artigos sobre o tema e um livro que discute diversos aspectos da técnica, o médico do Hospital Gaffrée e Guinle e do Hospício Nacional de Alienados dedicou grande parte de sua carreira à técnica terapêutica que, aos seus olhos, foi “[...] uma das mais fecundas da medicina [...]” (Pires, 1934, p. 11).

Através dessa e de diversas outras afirmações feitas por médicos da época podemos perceber a importância que a malarioterapia teve para a psiquiatria e para a medicina de um modo geral, caracterizando-se como um marco na história desses campos do conhecimento e contribuindo para a construção de novos paradigmas.

Waldemiro Pires Ferreira nasceu, em 11 de Novembro de 1892, na cidade de Sousa na Paraíba, sendo o nono dos onze filhos do casal Lindolfo Pires Ferreira e Maria Leopoldina Pires dos Santos. Em 1919, com 27 anos, se formou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e passou um tempo clinicando em sua cidade natal e na cidade de Cajazeiras, também na Paraíba. Alguns anos mais tarde, Pires, com o intuito de retomar sua vida médica acadêmica, retornou ao Rio de Janeiro e passou a clinicar em um consultório na Rua Debret, nº 79, no centro da cidade, tornando-se professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (Franca Filho, 2007).

Em 7 de Junho de 1930, o médico foi admitido na Academia Nacional de Medicina como titular da cadeira nº 49. Em meio à vida acadêmica e médica, Waldemiro Pires também ocupou cargos burocráticos como, por exemplo, as direções do Serviço de Assistência a

Psicopatas (até 1936); da Divisão de Assistência a Psicopatas (a partir de 1937); do Hospital Juliano Moreira; do Hospital Neuropsiquiátrico Infantil do Engenho de Dentro; do Departamento de Doenças Mentais do Ministério da Educação e Saúde e a chefia do Serviço de Sífilis Nervosa e Neurobiologia da Fundação Gaffré e Guinle (Filho, 2007; Fabrício 2009). Waldemiro Pires Nunca se casou e não teve filhos. Após sua morte, em 31 de Agosto de 1977, deixou um acervo de 529 livros que deveria ter sido doado à biblioteca da Universidade Federal da Paraíba. No entanto, esta não reconhece nenhuma doação feita em nome do médico (Franca Filho, 2007).

Pires pode ser considerado como um dos maiores idealizadores e defensores da malarioterapia na cidade do Rio de Janeiro e no Brasil. Através da análise do seu livro, publicado em 1934 pela Editora Guanabara, e de seus artigos publicados nos “Archivos Brasileiros de Neuriatria e Psychiatria” e nos “Archivos da Fundação Gaffrée e Guinle” podemos constatar que a técnica da malarioterapia não foi pura e simplesmente importada pelos psiquiatras cariocas. Não só Pires, como muitos outros médicos pertencentes às instituições estudadas no presente trabalho, desempenharam papéis imprescindíveis nos processos de consolidação e adaptação da técnica austríaca à realidade das instituições brasileiras, produzindo conhecimento científico específico e enriquecido com um “toque nacional”.

Os diversos sintomas da paralisia geral progressiva regrediam das mais variadas formas, com a aplicação da malarioterapia e este era um tema amplamente discutido entre a comunidade médica. Eram registrados pelos médicos diferentes níveis de melhora da PGP: havia casos que apontavam a cura de alguns doentes, a melhora de outros, aqueles que não melhoravam nem pioravam, os que pioravam com o tratamento e, por fim, os que iam a óbito (Almeida & Infante, 1926).

Com o avanço das pesquisas sobre a malarioterapia diferentes efeitos colaterais foram descritos. Um dos mais polêmicos e mais discutidos entre os médicos eram chamados de psicoses pós-malarioterápicas. Estas consistiam no surgimento de alucinações de diversas naturezas (Camara, 1927; Esmeraldo, 1940). Pires acreditava que os delírios poderiam ser transitórios ou não, chegando a tornarem-se crônicos em alguns casos (Pires, 1932). Para ele,

essas psicoses constituíam um dos maiores inconvenientes da Malarioterapia por caracterizarem um quadro frequente, acometendo 18% dos pacientes tratados.

No entanto, mesmo com todos os inconvenientes ocasionados pelas psicoses pós-malarioterápicas, Pires acreditava que os médicos não deveriam deixar de prescrever a malarioterapia: “A despeito deste inconveniente não devemos deixar de indicar a malarioterapia nos casos de paralisia geral por ser o tratamento mais eficiente [...]” (Pires, 1932). Essa opinião era compartilhada por alguns de seus colegas como o Dr. Zacheu Esmeraldo (Esmeraldo, 1934).

Como grande parte dos novos tratamentos, a malarioterapia provocou certa desconfiança e reserva, sendo, a princípio, contraindicada por muitos médicos, como por exemplo, pelo Dr. Henrique Roxo (Roxo, 1925). No entanto, conforme a maioria dos resultados da terapia foi mostrando-se positivos, Roxo convenceu-se da legitimidade da técnica e confessou-se um grande admirador da mesma, aplicando-a em seus próprios pacientes (Roxo, 1946). Podemos observar que a opinião que predominava fortemente entre os médicos da época, estudiosos do tema, era a de que todos os paralíticos deveriam ser tratados pela malária, já que esta era a melhor técnica até então conhecida e disponível (Pires, 1926; Lopes, 1928 [1]).

O deslumbre diante dos resultados surpreendentes da nova técnica fez com que alguns médicos utilizassem a malarioterapia no tratamento de outras doenças, como o parkinsonismo pós-encefálico (Pires, 1928); em certos tipos de esquizofrenia (Pires, 1934); na demência precoce (Lopes, 1928 [2]; Pires, 1932) etc. Os resultados obtidos com a malária no tratamento dessas doenças variavam, porém observava-se certo êxito com relação às esquizofrenias (Pires, 1934).

As discussões acerca do tema são muitas e de natureza bastante variada, sendo a proposta deste trabalho uma breve apresentação das mesmas. A primeira e principal constituinte do tema da minha pesquisa é o papel desempenhado pela malarioterapia na legitimação de novos campos do conhecimento médico, como a psiquiatria, por exemplo. Outra discussão que pretendo explorar é a importância do intercâmbio científico entre Brasil e Alemanha/Áustria no período estudado. Tanto a criação da terapia quanto sua aplicação e consequente aperfeiçoamento são produtos de uma produção científica coletiva – nacional e

internacional – sendo possibilitados, quase que exclusivamente, devido às constantes e igualmente consistentes trocas de conhecimento entre comunidades científicas de países como Brasil e Alemanha.

Também pretendo elucidar as contradições que envolvem a utilização de uma doença para curar outra, além de discutir o aspecto médico-legal dos paralíticos gerais malarizados e o papel da técnica na reintegração desses doentes na sociedade. Os aspectos éticos que envolvem a aplicação da malarioterapia constituem uma discussão de grande importância médica e histórica, sendo inclusive de extrema pertinência por caracterizar-se como atual, já que, a título de conclusão, proponho uma reflexão acerca das perspectivas modernas do tratamento, cuja aplicabilidade começou a ser cogitada em estudos sobre a AIDS e a doença de Lyme, nas décadas de 1990 e 2000 (Nierengarten, 2003; Chen et al., 2003), buscando assim, evidenciar a recolocação das discussões em torno do controverso método de tratamento na atualidade.

Todas as discussões citadas acima estão diretamente relacionadas a questões inerentes aos estudos sociais da ciência. Pretendo analisar a comunidade médica envolvida com o emprego e o aperfeiçoamento da malarioterapia sob a égide de um “coletivo de pensamento”, conceito concebido por Ludwick Fleck, em seu livro intitulado *Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico*, originalmente publicado em alemão em 1935. Essa comunidade, composta por intelectuais médicos pertencentes a diversas nacionalidades e atuantes em diferentes instituições, compartilhava ideias, experiências e opiniões, mantendo concepções características de um “estilo de pensamento” próprio (Fleck, 2010; Kuhn, 2009). Muitos deles contribuíram para a consolidação da malarioterapia como uma técnica eficaz e promissora, colaborando para a sua construção enquanto fato científico (Fleck, 2010; Latour, 1997 e 2011). Além disso, o desenvolvimento e a aplicação da técnica são permeados e elaborados por e a partir de fatores sociais (Bloor, 2009), os quais pretendo entender e elucidar. Por fim, as discussões sobre a consolidação da Psiquiatria enquanto ciência médica – que têm seu início no século XIX, mas que continuavam expressivas na primeira metade do século XX (Engel, 2001) – serão analisadas a partir da perspectiva de campo científico e intelectual concebidas por Pierre Bourdieu (2004; 1983 e 1968). As concepções desse importante sociólogo francês serão também relevantes para apreender e compreender não apenas as

partilhas, mas também as tensões e as disputas que caracterizaram as interlocuções e os embates no campo científico, contribuindo para relativizar a ideia de uma certa homogeneidade contida nos conceitos de Fleck acima referidos. Por fim, os enfoques propostos por Bourdieu contribuirão para a percepção das relações complexas e dinâmicas entre os campos científico e político.

Bibliografia:

- ALMEIDA, W. & INFANTE, O. Therapeutica da demência paralytica pela Malariotherapia. **Arquivos Brasileiros de Neuropsiquiatria**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 3 e 4, p. 127-130, 1926.
- BLOOR, D. **Conhecimento e Imaginário Social**. São Paulo: Unesp, 2009.
- BONFIGLI, A., CORBELLINI, G., FANFERA, E. Note sullefonti per lo studio della malarioterapia in Italia. **Medicina Nei Secoli**, Roma, vol. 34, n. 3, p. 599-607, 1998.
- BORDIEU, P. **Os usos sociais da ciência. Por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Unesp, 2004.
- BORDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). **Bourdieu – Sociologia**. São Paulo: Ática, 1993, p. 122-155.
- BORDIEU, P. Campo intelectual e projeto criador. In: Vários. **Problemas do estruturalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, pp. 105-145.
- CAMARA, A. Sobre um caso de paralytia geral (Boletim da Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal). **Arquivos Brasileiros de Neuropsiquiatria**, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 2 e 3, p. 81-90, 1927.
- CARDOSO, H. T. et al. Produção de penicilina terapêutica. **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**, Rio de Janeiro, vol. 43, n. 1, p. 161-170, 1945.
- CARRARA, S.; CARVALHO, M. A sífilis e o aggiornamento do organicismo na psiquiatria brasileira: notas a uma lição do doutor Ulysses Vianna. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, vol. 17, n. 2, p. 391-399, 2010.
- CHEN, X. et. al. Procedure and clinical assessments of malariotherapy: recent experience in 20 HIV patients. **Chinese Medical Journal**, Pequim, vol. 116, n. 7, p. 1016–1021, 2003.
- CHEUCHE, H. M. Hospital psiquiátrico São Pedro. **Psychiatry On Line Brasil**, vol. 15, n. 8, ago. 2010. Sessão História da Psiquiatria. Disponível em: <<http://www.polbr.med.br/ano10/wal0810.php>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

CORBELLINI, G. Metodo sperimentale, illusioni terapeutiche ed etica della sperimentazione umana: il caso della malarioterapia. **Nuova Civiltà delle Macchine**, vol. 8, n. 2, p. 112-127, 2000.

DIAS, A. A. T. **‘Dramas de sangue’ na cidade**: psiquiatria, loucura e assassinato no Rio de Janeiro (1901-1921). Rio de Janeiro. Apresentada como dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, 2010.

DIAS, P. B. **Arte, loucura e ciência no Brasil**: as origens do Museu de Imagens do Inconsciente. Rio de Janeiro. Apresentada como dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, 2003.

ENGEL, M. G. **Os Delírios da Razão**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

ESMERALDO, Z. Estado esquizofrênico em paralítico geral juvenil após malarioterapia (Boletim da Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal). **Arquivos Brasileiros de Neuropsiquiatria e Psiquiatria**, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 3 e 4, p. 85, 1940.

ESMERALDO, Z. Hebefreno-catatonia em paráliticos gerais impaludados. **Arquivos Brasileiros de Neuropsiquiatria e Psiquiatria**, Rio de Janeiro, vol. 16, n. 2, p. 69-82, 1934.

FABRÍCIO, A. L. C. **A assistência psiquiátrica no contexto das Políticas públicas de saúde** (1930-1945). Rio de Janeiro. Apresentada como dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, 2009.

FACCHINETTI, C. et al. No labirinto das fontes do Hospício Nacional de Alienados. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, vol. 17, n. 2, p. 733-768, 2010.

FLECK, L. **Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum Editora, 2010.

FILHO, J. M. DA FRANCA. Elogio ao patrono da cadeira nº 39. **Anais da Academia Paraibana de Medicina**, Paraíba, vol. 2, p. 110-112, 2007. Disponível em: <<http://www.apmed.org.br/imagens/anais/160412034535anais.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

GASTAL, F. L. et al. Tratamento etiológico em psiquiatria: o modelo da neurosífilis. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, vol. 21, n. 1, p. 29-35, 1999.

HARAGUCHI, T. Antibióticos: classificação geral. **Revista Brasileira de Medicina**, vol. 57, n. 10, 2000. Disponível em:

<http://www.moreirajr.com.br/revistas.asp?fase=r003&id_materia=69>. Acesso em: 12 jun. 2013.

KIRSCHBAUM, D. I. R. **A trajetória histórica das práticas de enfermagem no campo da assistência psiquiátrica no Brasil**. Campinas. Apresentada como tese de doutorado da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, 1994.

KUHN, T. S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

LATOUR, B. **Ciência em Ação**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

LATOUR, B. **A Vida de Laboratório**. Rio de Janeiro: Dumará, 1997.

LOPES, C. [1] Eficiência da terapêutica da paralisia geral (Boletim da Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal). **Arquivos Brasileiros de Neuropsiquiatria e Psiquiatria**, Rio de Janeiro, vol. 10, n. 2, p. 109, 1928.

LOPES, C. [2] Três casos de demência precoce (Boletim da Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal). **Arquivos Brasileiros de Neuropsiquiatria e Psiquiatria**, Rio de Janeiro, vol. 10, n. 2, p. 134, 1928.

MATOS, S. G.; CURY, J. A. A malarioterapia no tratamento da neurosífilis. In: SCHWARTSMANN, L. B., GUILHERMANO, L. G., SERRES, J. C. P., LOPES, M. H. I. (Org.). **Páginas da História da Medicina**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2010, p. 151-160.

NIERENGARTEN, M. B. Malarioterapia to treat HIV patients?. **The Lancet Infectious Diseases**, vol. 3, n. 6, p. 321, 2003.

PACHECO E SILVA, A. C. **Neurosífilis**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1933.

PEREIRA, L. M. F. Os primeiros sessenta anos da terapêutica psiquiátrica no estado de São Paulo. In: ANTUNES, E. H., BARBOSA, L. H. S., PEREIRA, L. M. F. (Org.). **Psiquiatria, Loucura e Arte**. São Paulo: EdUSP, 2002, p. 33-54.

PIRES, W. Malarioterapia na paralisia geral (Boletim da Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal). **Arquivos Brasileiros de Neuropsiquiatria e Psiquiatria**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 3 e 4, p. 167, 1926.

PIRES, W. **Malarioterapia na Sífilis Nervosa**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1934.

PIRES, W.; COSTA, G. M. Malarioterapia na tabes. **Arquivos da Fundação Gaffrée e Guinle**, Rio de Janeiro, vol. 2, p. 5-14, 1929.

PIRES, W. Psicoses post-malarioterápicas. **Arquivos Brasileiros de Neuropsiquiatria e Psiquiatria**, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 1, p. 257-263, 1932.

Mestranda Casa de Oswaldo Cruz – COC/Fiocruz
Agência financiadora: Fiocruz

RAMOS, F. A. C.; GEREMIAS, L. Insitituto Philippe Pinel: origens históricas. Disponível em: <http://www.sms.rio.rj.gov.br/pinel/media/pinel_institucional.htm>. Acesso em: 06 nov. 2012.

ROXO, H. **Manual de Psiquiatria**, 2ª Edição, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1925.

ROXO, H. **Manual de Psiquiatria**, 4ª Edição, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1946.

SANGLARD, G. Hospitais: espaços de cura e lugares de memória da saúde. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, vol. 15, n. 2, p. 257-289, 2007.

TARELOW, G. Q. Um tratamento de choque: a aplicação da malarioterapia no Hospital do Juquery (1925 - 1940). **Cadernos de História da Ciência**, São Paulo, vol. 5, n. 1, p. 7-22, 2009.

VENÂNCIO, A. T. A. La creación del Instituto de Psiquiatria de la Universidad de Brasil: ciencia y asistencia psiquiátrica. **Frenia**, vol. 7, p. 195-212, 2007. Disponível em: < <http://www.revistaaen.es/index.php/frenia/article/view/16445/16290> >. Acesso em: 12 jun. 2013.

VILLEN, R. A. Biotecnologia – História e tendências. **Revista de Graduação da Engenharia Química**, São Paulo, vol. 5, n. 10, 2002. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/regeq10/rafael.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2013.